

# PESQUISA & DEBATE 26

DOSSIÊ DESENVOLVIMENTISMO E PENSAMENTO ESTRUTURALISTA

*Entrevista com Antonio Barros de Castro*

*Relembrando a formação da CEPAL*  
Wilson do Nascimento Barbosa

*Globalización, desarrollo y densidad nacional*  
Aldo Ferrer

*Pensamento hegemônico versus emancipação*  
Regina Maria A.F. Gadelha

*Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil*  
Pedro Cezar Dutra Fonseca

*Raízes do desenvolvimentismo*  
João Antônio de Paula

ARTIGOS CIENTÍFICOS

*La economía de un país en transición*  
Santiago Gastaldi, Flavio Buchieri e Jorge Gómez Ortiz

*Razões para o Estado coordenar a reforma das relações de trabalho no Brasil*  
Josmar Cappa

*Duas teses sobre a evolução do excedente no capitalismo*  
Antonio Carlos de Moraes

Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política - PEPGEP  
Departamento de Economia

PUCSP

edue

volume 15, número 2 (26),  
julho/dezembro 2004

## ENTREVISTA COM ANTONIO BARROS DE CASTRO<sup>1</sup>

**Revista Pesquisa & Debate** – Passados mais de cinquenta anos da criação da Cepal e do surgimento do pensamento econômico estruturalista, que, inequivocamente, esteve ligado às tentativas de superação do subdesenvolvimento no Brasil e na América Latina, perguntamos: no seu entender, qual é o legado essencial desta corrente do pensamento econômico? O que o estruturalismo tem a nos dizer hoje?

**Antonio Barros de Castro** – Inicialmente, eu gostaria de observar que o estruturalismo sempre foi objeto de controvérsias, mas a sua discussão nunca foi aprofundada entre nós. Ele está presente, é afirmado com certa paixão e negado, por vezes, com mais paixão ainda. Mas nunca se tentou decantar os prós e os contras. Eu creio que uma das dificuldades para se avançar neste debate é que ele oculta outros debates. Primeiro tem que se fazer um trabalho de explicitação e limpeza para, então, avançar na discussão. De fato, pelo menos dois grandes debates sempre estiveram subjacentes à controvérsia sobre o estruturalismo. Um debate seria entre *substantivistas* e *formalistas*. O que seriam essas duas abordagens, cuja denominação estou contrabandeando da antropologia? Os *substantivistas* têm a firme convicção de que os objetos de análise em economia têm características fortes e próprias. Assim, por exemplo, podem estar convencidos de que o mundo econômico é um objeto que abriga alta indeterminação. A indeterminação é, então, inerente a esse objeto. A evocação inevitável é Keynes, para quem existe uma ignorância intransponível acerca do futuro. Simplesmente não se conhece o futuro, e isso decorre do próprio objeto: não se trata de uma deficiência superável mediante técnicas estatísticas. Vou fazer

---

<sup>1</sup> Entrevista realizada no Rio de Janeiro, em 2 de outubro de 2004, com a participação de José Geraldo Portugal, Maria Aparecida de Paula Rago e Rosa Maria Vieira, professores do Departamento de Economia da FEA-PUC/SP. A transcrição da entrevista ficou a cargo de Yara Rodrigues de Andrade.

um pequeno parêntese técnico, que talvez seja relevante. A incerteza decorre de que as alternativas para quem decide não estão previamente definidas, ou seja, as probabilidades não somam um. Na realidade, existem decisões cruciais em economia que alteram o curso dos acontecimentos, e são irreversíveis. A partir delas, abrem-se novos ou fecham-se velhos caminhos. Vamos dar um exemplo concreto: se o Brasil, daqui para frente, no campo da política industrial, atribuir prioridade à biotecnologia, isto dará origem a uma economia diferente, *vis-à-vis* à hipótese de concentrar esforços para recuperar o tempo perdido em eletrônica. Esta temática, como disse, está subjacente na discussão sobre o estruturalismo: o objeto tem peculiaridades e, através delas, certas escolhas se projetam para o futuro.

A visão alternativa, típica do neoclassicismo e dos economistas *mainstream*, não reconhece propriedades específicas a certos e determinados objetos. Quanto a isso vou me referir a um fato anedótico. Quando começou a ganhar corpo a onda da desregulamentação nos Estados Unidos, houve uma intensa discussão acerca da indústria aeronáutica: ela deveria, ou não, ser também inteiramente desregulamentada, como muitos pretendiam? Nesse debate, os críticos da desregulamentação argumentavam que a indústria aeronáutica constitui um caso especial, merecedor de cuidados e tratamento diferenciado. Argumentavam, por exemplo, que ela é excepcionalmente capital-intensiva, além de apresentar notórios problemas no tocante à segurança. Com tais características, se a competição for inteiramente liberada, surgirão, entre outras conseqüências, comportamentos predatórios entre as empresas. Se o avião vai mesmo voar, vale a pena colocar passageiros por uma fração do preço normal, porque o equipamento está sendo pago de qualquer maneira, esteja o vôo vazio, pela metade ou lotado. Há, então, propriedades nessa indústria que requerem regras e compromissos especiais. E o que diziam os neoclássicos? Eles, absolutamente, não reconheciam propriedades específicas neste, ou em qualquer outro objeto, ou ramo de negócios. Alfred Kahn, referência obrigatória no tema, saiu-se a propósito com esta frase fantástica, no meio de um debate: “um avião nada mais é que custo marginal com asas”. Isso, certamente, leva ao limite as discrepâncias entre as duas abordagens.

Em suma, para os *substantivistas*, os comportamentos são fortemente condicionados pelos setores, pelas grandes escolhas passadas, etc. As decisões econômicas singulares dos agentes têm um grau de liberdade, mas também possuem um grau de condicionamento forte. Como se sabe, é assim que opera o estruturalismo, que vê todo o tempo a ascendência (exagerada ou não - voltarei ao tema) das estruturas sobre as condutas. Ou seja, os estruturalistas são, definitivamente, *substantivistas*. Aceitam algum grau de formalização; alguns têm até uma bossa formalizante, mas, sem dúvida, vêem a economia como profundamente heterogênea e com propriedades que se projetam sobre as condutas. Chocam-se, assim, com o ideal neoclássico de transformar a economia numa gramática do comportamento, que tem em conta, unicamente, os preços, as preferências e as dotações de fatores da economia. Dando um salto para o passado, o café, o açúcar ou a mineração eram autênticas matrizes de comportamentos e é preciso entendê-los, para que a história revele aquilo que ela tem de inteligível.

Vamos, agora, apontar uma outra dimensão que está por trás do debate acerca do estruturalismo em economia. Devo advertir, no entanto, que quanto ao primeiro debate, eu não mudei de posição, continuo *substantivista*. Quanto ao segundo, a coisa é mais complicada.

**Revista Pesquisa & Debate** – A que se refere o segundo debate?

**Antonio Barros de Castro** – O segundo debate distingue aqueles que crêem que uma economia atrasada é uma economia que não possui alguns dos grandes traços da modernidade e, nessa perspectiva, é pouco relevante deter-se sobre as escolhas dos indivíduos. Faltam, nestes contextos, metaescolhas que transcendem os preços e o próprio campo de visão dos agentes econômicos singulares. A política é aqui imprescindível, e o Estado deve entrar facilitando o acesso às grandes mudanças, forçando e, em alguma medida, conduzindo a marcha da história. Os casos exitosos são hoje referidos como experiências de *catch up*. A evocação inevitável é a da célebre frase do Marx, referida à comparação entre Alemanha e Inglaterra: “os mais atrasados vêm nos mais adiantados a imagem do seu próprio futuro”. Há aí um amplo espaço para o Estado, a quem cabe constituir os alicerces institucionais e mesmo, em certa medida, fisi-

cos, de uma economia moderna. Já o agente econômico tradicional, imerso numa estrutura arcaica, não vai tomar iniciativas do porte e natureza exigidos (mas, inicialmente, longe de microeconomicamente justificadas) para que a economia seja efetivamente transformada. Carências tecnológicas, financeiras, bem como a própria visão de mundo, contra-indicam movimentos substancialmente contrastantes com a tradição. O Estado, contudo, desde que razoavelmente modernizado, entra aí, possivelmente, mediando e alavancando mudanças. A isto se contrapõe, no entanto, a visão alternativa que diz que as escolhas são, ou devem ser, em última análise, sempre individuais. É o agente singular que está sempre decidindo entre X e Y, de acordo com suas preferências, os custos dos recursos, etc. Inegavelmente, escolhas deste tipo existem por parte de consumidores e, até mesmo, digamos, entre restaurantes no centro da cidade. Ou seja, todos eles usam gás de cozinha, fogões, panelas e pratos semelhantes, mas são muito diferentes nas suas escolhas singulares: tipo de comida, tempero, apresentação, etc.

***Revista Pesquisa & Debate*** – Por causa de opções individuais...

**Antonio Barros de Castro** – Individuais. O restaurante é um negócio em que a iniciativa, o “toque” e a criatividade situam-se muito acima das condições gerais físicas, que são, em princípio, as mesmas para todos. Conseqüentemente o seu estudo deve dar grande espaço para as singularidades, para as iniciativas diferenciadas. Em suma, não parece recomendável uma abordagem estruturalista se o objeto são os restaurantes. Já no estudo de uma economia onde não existem nem indústria nem Estado moderno é tudo diferente. Um estruturalista vê as situações de atraso econômico como um vasto campo, onde estacas de modernidade devem ser fincadas. Vamos contrapor Júlio Prestes e Vargas. O candidato do PRP, diante da crise gigantesca da economia cafeeira, em 1930, propõe como solução a laranja: “a laranja salvará o café”. Incrivelmente conservador, visualizava uma transformação que não alterava um só parâmetro da economia. Vargas protege inicialmente o café, mas salta fora do contexto e propõe a industrialização como solução. A siderurgia (Volta Redonda), em particular, daria início a uma nova história. Eis uma visão estruturalista. A siderurgia passa a ser vista como uma estaca ou matriz transformadora.

Estamos diante de uma primeira descontinuidade. Virão outras: a indústria automobilística, por exemplo. Mas, a partir deste ponto, podemos já começar a nos indagar sobre os limites do estruturalismo. Será que não se sai dessa fase, na qual estão sendo estabelecidos parâmetros que condicionam todas as condutas? Estou convencido que se pode e se deve superar esta fase. O Japão, há muito, deixou para trás a fase das descontinuidades promovidas a partir do Estado. O Brasil, em boa medida, desajeitada e deficientemente, já fez isso. Entendam-me: no sentido de que o que aí já está montado, tem um grande potencial de evolução própria. Há muita evolução possível pela frente, a partir das condições existentes, seja no tecido das empresas, seja na habilitação dos trabalhadores e empresários. A este propósito, eu fui levado a uma posição de conflito com pessoas, digamos, mais fieis ao estruturalismo do que eu.

**Revista Pesquisa & Debate** – Em que medida professor?

**Antonio Barros de Castro** – Eram pessoas que insistiam que o Brasil tinha, agora, que reconstruir a eletrônica, a indústria de bens de capital e a química fina. Eu, pelo contrário, dizia que as tarefas, no plano econômico, não eram mais predominantemente estruturais. O mais importante seria avivar e apoiar a capacidade criativa, explorar o potencial das empresas que aí estão, e que ficaram reprimidas durante mais de vinte anos, entre 1980 e 2003. Houve uma longa fase de estagnação, em que numerosas oportunidades foram perdidas, em que houve muita solução visualizada, mas não colocada em prática porque a demanda agregada não permitia. Eu defendi que a função nova e maior da política industrial e tecnológica deveria ser a de liberar o potencial. Ou seja, não se trataria mais de redefinir a estrutura produtiva e sim de absorver conhecimento e explorar oportunidades.

**Revista Pesquisa & Debate** – E de que maneira isso seria feito, professor?

**Antonio Barros de Castro** – De várias maneiras que, em última análise, significam sempre acessar o conhecimento existente nas economias mais avançadas, repensá-lo, recalibrá-lo e somar pitadas crescentes de conhecimento próprio.

**Revista Pesquisa & Debate** – Seria esse, o momento presente, na sua visão, um momento em que da estrutura surge a relevância das escolhas?

**Antonio Barros de Castro** – Isso. É aí que eu vou chegar. O que eu estava sugerindo é a crescente importância das escolhas individuais das empresas, ou grupos de empresas. Não estamos mais ficando estacas. O crescimento tem que se nutrir, em grande medida, das possibilidades que já existem, mas que permaneceram reprimidas nos últimos vinte anos. É claro que algumas escolhas, digamos matriciais, devem ser feitas em relação ao futuro – a biotecnologia é um excelente exemplo. Mas não faria sentido tentar, como no passado, construir aqui uma estrutura industrial completa. É mais importante mobilizar o potencial existente. Até porque a competição, hoje, é muito mais pesada, muito mais onipresente e severa. E os chineses estão apenas começando a chegar... Por outro lado, a capacidade de iniciativa é hoje muito maior, o empresariado encontra-se mais testado e selecionado, a mão-de-obra muito mais qualificada. Desta maneira, adquirem muito mais importância as escolhas singulares das empresas, buscando proteger-se, via diferenciação, construindo microbarreiras defensivas frente ao estresse competitivo que vai se universalizando. Em suma, a ênfase se desloca para as escolhas individuais. Nesse sentido, há uma reponderação em que o critério estruturalista, *stricto sensu*, cede espaço para um critério empreendedor, focado na escolha e, sobretudo, na inovação. O Estado entra aí via políticas públicas destinadas a desinibir, a catalisar decisões, a acelerar a absorção de velhos e a construção de novos conhecimentos.

**Revista Pesquisa & Debate** – O senhor está dizendo isso dentro de uma perspectiva neo-shumpeteriana?

**Antonio Barros de Castro** – Certamente...

**Revista Pesquisa & Debate** – E o estruturalismo não deixa de estar na base...

**Antonio Barros de Castro** – Não deixa...

**Revista Pesquisa & Debate** – Ele apenas cede, enquadra o campo de possibilidades dentro do qual se darão as escolhas...

**Antonio Barros de Castro** – Ele cede espaço. Aqueles argumentos iniciais são mantidos, mas o que estou assinalando é que saímos do império das opções histórico-institucionais, para um “varejão” de escolhas. Isso não nega a necessidade de uma ou outra metaescolha. Mas, certamente, repondera as posições. Os que não percebem isso tendem a abusar do estruturalismo, tendem a um *estruturalismo* “fora do lugar”. É como se tivéssemos sempre que fundar o país. O que estava correto, anteriormente, recua e as mudanças se deslocam para o empreendedorismo. Por outro lado, vou fazer aqui uma autocrítica. A visão estruturalista no seu período clássico não dava importância às conseqüências imprevistas e às racionalidades ocultas. Por vezes, promove-se uma mutação nas expectativas de tais e tais conseqüências e se é surpreendido por outras conseqüências, sejam elas benignas, sejam malignas. Assim sendo, um estruturalismo experimentado e maduro teria de reconhecer idéias que estão presentes em Adam Smith e, até mesmo, em Hayeck. Ou seja, as mudanças trazem surpresas e entreabrem caminhos imprevistos. Na realidade, muitas das conseqüências não previstas provêm de efeitos até então não percebidos. Bernard de Mandeville, que influenciou decisivamente Adam Smith, deixou-nos aquela metáfora maravilhosa das abelhas... Vícios privados podem resultar em virtudes públicas. Hayeck desenvolve muito isso. Ao meu ver exagera, absolutiza. Por outro lado, há um estruturalismo tosco que não vê quão aberta é a história. Aterrisando um pouco, vou agora me referir a um episódio que reputo exemplar, diria até maravilhoso. É estruturalismo na sua melhor forma e tem tudo a ver conosco. Trata-se de uma missão de Celso Furtado à Venezuela.

**Revista Pesquisa & Debate** – Isso foi em que época?

**Antonio Barros de Castro** – 1957.

**Revista Pesquisa & Debate** – Época em que ele estava na Cepal, ainda...

**Antonio Barros de Castro** – Isso. Ele vai à Venezuela e tenta entender aquela economia e sua trajetória altamente singular. Organiza informações, capta seqüências temporais importantes, começa a montar sua visão. Adota e radicaliza uma hipótese: a Venezuela

deve ser entendida a partir do fato maior, que consiste na exploração do petróleo. Ou seja, Furtado vai abstrai-lo de tudo o mais para entender a trajetória da economia venezuelana, seus problemas e possibilidades a partir do eixo petróleo. E uma economia petroleira é uma estrutura completamente desequilibrada. Por quê? Porque uma economia excepcionalmente dotada em petróleo tem uma tal facilidade de gerar divisas, que a taxa de câmbio é, certamente, muito sobrevalorizada e, sendo sobrevalorizada, afoga as demais atividades. Não há agricultura que possa competir nas condições impostas pelo dólar-petróleo e, muito menos, indústria. Surge assim uma economia, para diversos efeitos, monosssetorial. Tomando a questão por outro ângulo, é fácil brigar, politicamente, neste tipo de economia, para que a empresa estrangeira não leve todo o excedente. Trata-se de mobilizar os cidadãos em torno da exploração, sob o comando de empresa local – em regra, pública –, dos recursos naturais do país. Na América Latina, assim como na África, no Iraque ou no Irã, o Estado passa a captar o excedente do petróleo. Praticamente não precisa tributar a população. O governo de um país petroleiro é rico sem precisar de aparelho de Estado. A bem dizer pode cooptar a população, que se torna sua clientela. Não irá apoiar iniciativas da cidadania, que dificilmente se desenvolvem. Promoverá a realização de grandes obras, criará uma fachada moderna. Caracas, nos anos 1950, já começava a ser recortada por majestosos viadutos.

Furtado detecta a lógica histórico-estrutural da economia petroleira que resume e torna inteligível o enigma venezuelano. Explica como aquela economia cresce e entra em crise. Faz uma espécie de arquitetura de tendências. Aliás, eu tive o privilégio de assistir a um debate, em Paris, em que um grande economista, Abdelkader Sid Ahmed, argelino, se não me falha a memória, revela para a platéia o deslumbramento que foi, no mundo árabe, a leitura do trabalho de Furtado, jamais publicado, aliás, pela Cepal.

**Revista Pesquisa & Debate** – Por que a Cepal não publicou, professor?

**Antonio Barros de Castro** – A Cepal é um órgão das Nações Unidas, nascido em meio a um grande conflito entre órgãos, como a OEA, e com dificuldades no que concerne ao governo dos Estados

Unidos. No caso, Furtado estava mostrando que na Venezuela, Estado-cliente norte-americano, havia sido montada uma máquina econômica que não servia à população, que era vocacionada para o autoritarismo e para uma hiperpolitização, digamos, estéril. Dificilmente a Cepal poderia divulgar um documento deste tipo. Mas, ele acabou indo bater no mundo árabe. Subitamente, então, intelectuais do mundo árabe lêem aquilo e descobrem uma nova maneira de entender a própria realidade. Esse “entender” não é por minha conta, mas provém do acima citado Sid Ahmed, um brilhante expositor. Há com isso um salto qualitativo do entendimento e crítica da situação do próprio mundo árabe. E este é um exemplo espetacular do poder do pensamento e, claro, da contribuição de Celso Furtado. Devo acrescentar que, pouco tempo depois, curiosamente, a teoria econômica *mainstream* descobre este *approach*, a partir da descoberta de gás na Holanda. De fato, a abundância do gás tendeu a desequilibrar a economia holandesa (via sobrevalorização do câmbio, etc.), introduzindo na literatura o fenômeno *dutch disease* (doença holandesa). O episódio é duplamente interessante, seja por evidenciar a potência do estruturalismo nas mãos de um intérprete superdotado, seja pelo destino dado pelo *mainstream* ao fenômeno *dutch disease*, rapidamente convertido em exercícios formais basicamente irrelevantes.

**Revista Pesquisa & Debate** – Extraiu-se a substantividade?

**Antonio Barros de Castro** – Aceito a sugestão... e poderia evocar aqui um trabalho conhecido do Paul Krugmann, de 1991, em que ele admite (o que pode soar ridículo entre nós) que a história conta, sim. E sabe por que conta? Porque já estão sendo desenvolvidos modelos nos quais há retornos crescentes ao longo do tempo! E isso significa que a seqüência importa, que o depois tende a ser diferente do antes. Ou seja, o tempo conta, e com isto passa a haver algum espaço para a história na ciência *mainstream*, desde, evidentemente, que se consiga quantificar e formalizar as variáveis. Já o estruturalismo latino-americano sempre foi próximo da história, no sentido forte da palavra. O Brasil, em particular (e por contraste com a Argentina), é um país rico em estruturalistas. Tomemos o caso de Mário Henrique Simonsen, exímio economista convencional que, sabendo-o, ou não, fez estruturalismo de alta potência. Refiro-me a um artigo de 1974, denominado

“A política anti-inflacionária”, em que explica como a institucionalidade que o Brasil havia montado, entre 1964 e 1980, domesticara, ou mesmo neutralizara, a inflação. No meu entender, este artigo seminal - pai do *Cruzado* e avô do *Plano Real* - denota uma fina sensibilidade para o poder estruturante das grandes instituições.

A abordagem estruturalista insiste, em suma, nos grandes condicionantes das decisões. Setores dominantes e instituições maiores recebem, então, um grande destaque. Fecho, aliás, estas observações relembrando um episódio da vida de Kalecki. Bastante desiludido com os primeiros anos do socialismo na Polônia, ao ser perguntado sobre os avanços na superação do capitalismo, teria respondido: “Sim, abolimos o capitalismo, falta, agora, abolir o feudalismo”. Ele sabia que várias estruturas continuavam presentes, apenas recicladas, condicionando os comportamentos e complicando a situação polonesa, com o peso de uma história muito mal resolvida.

Acho que explorei, um pouco, as questões mais gerais e estou, agora, à disposição de vocês para as perguntas singulares...

**Revista Pesquisa & Debate** – Gostaríamos que falasse sobre a importância e o significado do legado de Vargas para o Brasil.

**Antonio Barros de Castro** – Vou abordar essa questão, da importância do legado de Vargas, sob dois ângulos. O primeiro, uma espécie de ponto de partida da reflexão, é o seguinte: o Brasil chega à Primeira Grande Guerra (1914-1918) como um dos países que deram errado na América Latina. Em 1910, a renda *per capita* do Brasil era apenas 15% da renda *per capita* norte-americana, enquanto a renda *per capita* argentina era 75%. Ou seja, a Argentina era cinco vezes mais rica, em média, por habitante, que o Brasil. A Argentina tinha dado certo no primário exportador e o Brasil tinha derrapado, lamentavelmente, nessa fase. Então, chega ao poder o Vargas, um ministro da Fazenda conservador, que tentara implantar o *padrão ouro*. Mas, ele vai mudando e descobrindo que essa economia precisava se industrializar. Era um estancieiro que acabou assumindo a industrialização como grande objetivo nacional. E o importante aqui é o contraste Vargas *versus* Perón. Porque enquanto Perón procurava transformar a Argentina redistribuindo renda (eu estou sendo benigno com o Perón e, também, vou ser benigno com o Vargas) e mon-

tando uma formidável máquina sindical-partidária, Vargas se dedicava, primordialmente, à construção de um Estado moderno e à implantação da indústria de base. A emergência dos pobres, os *cabecitas negras*, torna-se a grande bandeira de Evita, mas o regime não sabe se posicionar frente à economia – talvez até porque tudo havia dado muito certo, historicamente, na Argentina, e continuava dando certo na primeira metade do governo Perón. O regime, aliás, tinha notória aversão às grandes empresas, vendo nelas, possivelmente, fontes alternativas de poder. Perón, quando apóia a empresa, visa a pequena e a média. Consolida-se, com isto, uma estrutura industrial em que se destacam empresas de boa capacitação tecnológica, porém de pequena escala e baixa competitividade. Vargas irá criar a grande indústria, buscar o salto histórico. Está muito mais para *catch up* que para substituição de importações, como os brasileiros equivocadamente se acostumaram a pensar. Volta Redonda, cujo projeto é aprovado aí por 1942, é o *estado das artes*: atualizada em escala e em tecnologia. Vargas luta por este empreendimento, apóia a futura Vale do Rio Doce, cria o BNDES, a Petrobrás e lança o projeto Eletrobrás. Promove grandes mudanças estruturais, finca as estacas de uma outra economia. Perón, não. Suas atenções voltam-se, quase exclusivamente, para os sindicatos, para o seu controle, para o exército e, claro, para a consolidação do justicialismo. Em contraste com Volta Redonda, Petrobrás, Dasp e CLT, nada no legado de Perón mostrou-se estruturante.

**Revista Pesquisa & Debate** – Vargas, ao implantar a legislação sindical, tinha uma preocupação nessa direção. Ele faz isso para forjar uma classe operária preparada para a grande industrialização. Mesmo havendo a questão dela ser o suporte social, o que conta é o ordenamento da relação capital-trabalho, é o controle no sentido de impulsionar e de promover uma acumulação capitalista com essa legislação.

**Antonio Barros de Castro** – Sem dúvida.

**Revista Pesquisa & Debate** – Sem dúvida, é bem diferente....

**Antonio Barros de Castro** – É muito diferente. O Vargas é um reformista de enorme fôlego. Seu governo muda o mundo do traba-

lho: a CLT, o salário mínimo. Se, por um lado, ele tem essa dimensão, por outro, ele tem um norte em termos de indústria e em termos de construção do Estado moderno.

***Revista Pesquisa & Debate*** – Exatamente...

**Antonio Barros de Castro** – O Vargas irá se dedicar a criar, a partir de 1934, o Estado moderno brasileiro. Isso culmina com o Dasp, por exemplo, que é, em princípio, a negação do patrimonialismo. Quero dizer que Vargas deu a partida para a construção de uma meritocracia, que é o extremo oposto da visão peronista da fidelidade, dos laços para com o justicialismo. Com Vargas surge uma autonomia relativa do Estado. Como herdeiro de uma tradição positivista, ele busca um Estado capaz de formular tecnicamente – o político, ele, o ditador, ou o presidente democraticamente eleito, decidiria em última instância. Nada melhor para representar esta tendência do que a assessoria, a de 1950 a 1954, que ele protegia das pressões políticas. Ali estava Inácio Rangel, um marxista absolutamente desprovido de poder político, mas caracterizado pela ousada imaginação. Nesta conjugação de Estado moderno, tecnocracia e indústria há uma diferença qualitativa frente à Argentina. Este país nunca deixou de oscilar entre o passado agrícola, oligárquico e glorioso, nas boas fases do mercado mundial, e a indústria, filha espontânea da riqueza e, também, das crises externas, mas jamais da política e do Estado. Já o Brasil abandona a hegemonia agrícola, a do café,...

***Revista Pesquisa & Debate*** – Radicalmente...

**Antonio Barros de Castro** – Eu diria, também, radicalmente. Veja você, por exemplo, quando cai o Jango e surge um regime conservador, em vez de dar poder ao agro, o Roberto Campos faz uma política impiedosa para com o café, duríssima com a agricultura. Depois, inteligentemente, via Delfim e via, digamos, a criatividade da Embrapa, será gestado esse novo agro, de uma modernidade espetacular.

***Revista Pesquisa & Debate*** – Não é o clássico...

**Antonio Barros de Castro** – ...não é o clássico, de maneira nenhuma. Quando o Perón cai, a agricultura desfila nas ruas, é a velha oligarquia de volta, as famílias tradicionais. A seguir começam os

episódios de sobrevalorização cambial e não há um só surto industrial sustentado. Já o Brasil será o país da continuidade, em contraste com o vai-e-vem argentino. A meu ver nada simboliza tanto a continuidade brasileira quanto a Fundação Getúlio Vargas. Imagine se seria possível uma Fundação Juan Perón depois da queda. Os peronistas foram chutados, os símbolos, destruídos. No Brasil, cai Getúlio e a Fundação Getúlio Vargas recebe novas e maiores atribuições, passa a processar as contas nacionais... E o ex-ditador começa a trabalhar a volta pela via eleitoral ...

\*\*\*

*The economics of a country in transition: Argentine 2001-2003*  
Santiago Gastaldi, Flávio Buchieri e Jorge Gómez Ortiz

*Reasons to the state co-ordinate the reform of the  
work relations in Brazil*  
Josmar Cappa

*Two thesis about the surplus evolution in capitalism  
and its politcs implications*  
Antonio Carlos de Moraes

**Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política - PEPGEP**

R. Ministro de Godói, 969, 4º andar, sala 4E-20 - 05015-000 - São Paulo, SP  
Tel. (11) 3670-8400 - Fax: (11) 3670-8516 - e-mail: [ecopol@pucsp.br](mailto:ecopol@pucsp.br)